



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



CONTRATO Nº \_\_\_\_/2013

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE  
MONTAGEM E DESMONTAGEM DE EXPOSIÇÕES NO  
CENTRO CULTURAL DA JUSTIÇA FEDERAL, QUE  
ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL  
DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA \_\_\_\_\_

Proc. TRF2-EOF-2013/00155

O **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Diretor Geral, Dr. Roque Bonfante de Almeida**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, Tel.: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, Fax: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, representada neste ato pelo(a) **Sr(a)**. \_\_\_\_\_, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo nº TRF2-EOF-2013/00155, em consequência do Pregão Eletrônico n.º 058/2013, fundamentado na Lei n.º 10.520/02 e no Decreto nº 5.450/05, homologado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013, por despacho lavrado à fl. \_\_\_\_ do referido processo, FIRMAM o presente Contrato com a finalidade de *prestar serviços de montagem e desmontagem de exposições no Centro Cultural da Justiça Federal*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:



### **1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:**

Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços de montagem e desmontagem de exposições no Centro Cultural da Justiça Federal, localizado na Avenida Rio Branco, 241 - Centro, nesta cidade, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 058/2013 e seus Anexos I, II, III, V e VI, e na forma estabelecida nas cláusulas deste Contrato.

### **2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:**

#### **2.1 – Das ferramentas e materiais a serem utilizados:**

2.1.1 - Deverão ser fornecidos todos os equipamentos / ferramentais necessários à execução das rotinas previstas no subitem 2.2.3 deste Contrato.

2.1.2 – Deverão ser fornecidos todos os materiais de consumo para execução das tarefas, tais como pregos, linhas de *nylon* e de aço, fita banana dupla face (quantidade: 04 / mês), benzina, rolo p/ pintar, pincel, arames, lixas, pítons, plástico bolha, buchas, parafusos, cabos de aços, lixas p/ lixadeiras de cinta, serra p/ máquina tico-tico, estilete e outros, na periodicidade e quantitativo necessário ao cumprimento dos prazos de montagem / desmontagem de exposição.

2.1.3 – Deverá ser efetuada a entrega dos materiais de consumo e ferramentais / equipamentos, no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, após solicitação formal, e em consonância com as necessidades do Centro Cultural Justiça Federal – CCJF.

2.1.4 – Deverá ser apresentado ao Contratante, antes do início dos serviços, a listagem de todo ferramental e instrumental permanente necessário à execução dos mesmos, cuja responsabilidade será da Contratada, ressaltando que, apesar da listagem solicitada, poderá ser necessária a utilização de outros equipamentos não relacionados para a realização dos serviços objeto do presente Contrato.

2.1.5 – Deverá ser fornecido todo o ferramental e instrumental, portátil ou não: ferramentas pesadas: lixadeira de cinta, plaina elétrica, maquina, serra tico-tico, parafusadeira, furadeira; ferramentas leves: alicate comum, alicate de corte, alicate de bico, trena de 10m, nível de madeira, jogo de formão, jogo de chave *Allen*, jogo de chave de fenda, jogo de chave *Philips*, jogo de chave de boca, jogo de chave de estribo, jogo de broca concreto, jogo de broca de madeira, jogo de broca de aço rápido, pistola de grampo, jogo de serracopa, martelo, arco-serra, pé-de-cabra, jogo de espátula, desempenadeira de aço, alicate *pop*, lima de ferro, serrote para madeira, repuxador de prego, escadas, entre outros, inclusive andaimes em geral (fixos, móveis, suspensos, tubulares, etc), quando for o caso, necessário ao perfeito atendimento dos serviços de montagem / desmontagem, no quantitativo equivalente ao número de técnicos quanto às ferramentas leves.

2.1.6 - Deverá ser fornecido e conservado permanentemente em condições de uso o ferramental necessário à execução dos serviços contratados, cabendo ainda à Contratada providenciar o transporte de pessoal, equipamentos ou ferramentas, estada de pessoal, relacionados direta ou indiretamente com a prestação dos serviços objeto deste Contrato.



2.1.6.1 - Inclui-se explicitamente no caso mencionado no subitem anterior o transporte de aparelhos para serem reparados em outro local, bem como o envio de materiais e de aparelhos para substituir provisoriamente os danificados;

2.1.6.2 - As ferramentas deverão ficar sob a guarda do encarregado, durante a vigência do Contrato, devendo a Contratada substituir aquelas que apresentarem defeito.

2.1.7 – É de responsabilidade da Contratada:

2.1.7.1 - manter em bom estado de conservação todas as instalações destinadas a seus empregados, devendo ficar a seu encargo, o fornecimento de todo mobiliário bem como equipamentos, enfim todos os materiais de consumo e de escritório (móveis, armários, escaninhos, fac-símiles, computadores, etc) necessário para a permanência do seu pessoal;

2.1.7.2 - fornecer crachás com fotografia, de uso obrigatório de seus empregados nas dependências do Contratante, equipamentos de proteção individual adequado à execução de todos os serviços, bem como equipamentos de segurança como: óculos, viseira, luvas, botas, máscaras, cinto de segurança e outros;

2.1.7.3 - fornecer 01 (*um*) telefone celular ou equipamento similar, a ser mantido com o encarregado do serviço para permitir o recebimento de recados em qualquer horário;

2.1.7.4 - fornecer e manter em suas dependências 03 (*três*) aparelhos de rádio transmissor e receptor, tipo HT com baterias recarregáveis.

2.2 – Dos serviços de montagem e desmontagem de exposições:

2.2.1 – Das atividades a serem realizadas / rotinas:

2.2.1.1 – A escala a ser cumprida pelo Encarregado e pelo Assistente de montagem / desmontagem de exposição será de 05 (*cinco*) x 02 (*dois*) dias, das 10:00 às 19:00 horas, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, com intervalo de 01 (*uma*) hora para alimentação e repouso, que, conforme conveniência do Contratante, poderá sofrer alteração, sempre respeitando a legislação trabalhista em vigor.

2.2.2 – Das atribuições do encarregado de montagem/desmontagem de exposição:

2.2.2.1 - Controlar, diariamente, o horário de chegada e saída, as faltas e atrasos dos empregados sob sua responsabilidade;

2.2.2.2 - Providenciar substituto para suprir as faltas de empregados sob sua chefia;

2.2.2.3 - Emitir relatório mensal das faltas, substituições, licenças e demais atividades relativas aos empregados sob sua responsabilidade;

2.2.2.4 - Fazer controle dos materiais de uso diário, propondo pedidos para reposição, evitando assim descontinuidade no seu fornecimento;

2.2.2.5 - Zelar pelo controle e manutenção de bens de propriedade da Contratada sob sua guarda;

2.2.2.6 - Fiscalizar os serviços dos demais empregados sob sua supervisão, visando à perfeita execução dos serviços;



- 2.2.2.7 - Relatar ao Contratante fatos nocivos ou estranhos ocorridos na execução de suas atividades ou de seus subordinados;
- 2.2.2.8 - Orientar, fiscalizar e executar as atividades arroladas no subitem 2.2.3 deste Contrato, relativo às atividades desenvolvidas pelos Assistentes de montagem/desmontagem de exposição;
- 2.2.2.9 - Executar outras atividades correlatas à função.
- 2.2.3 – Das atribuições do assistente de montagem / desmontagem de exposição:
  - 2.2.3.1 – Fixar obras de arte na parede ou em painéis;
  - 2.2.3.2 – Preparar e pintar os painéis e galerias onde serão expostas as obras de arte;
  - 2.2.3.3 – Confeccionar paredes falsas, de cubos, e de objetos análogos necessários para expor as obras de arte;
  - 2.2.3.4 – Providenciar o recorte de madeira, polimento e confecção de caixas e vitrines;
  - 2.2.3.5 – Utilizar verniz e tintas especiais;
  - 2.2.3.6 – Despeletização, aplicação de máscara e colagem de textos em recorte de vinil; fixação de *banners* e afins; aplicação de legendas;
  - 2.2.3.7 – Criar iluminação apropriada para o ambiente e para obras de arte expostas, de acordo com a luminosidade mais adequada;
  - 2.2.3.8 – Utilizar diversos tipos de refletores e luzes coloridas, de acordo com as necessidades de cada evento;
  - 2.2.3.9 – Montar cenários;
  - 2.2.3.10 – Operação / instalação de aparelhos de mídia (DVD's, projetores, caixas de som, etc);
  - 2.2.3.11 - Manipulação de obras de arte, montagem de molduras, enquadramento e afins, seguindo as normas museológicas;
  - 2.2.3.12 – Transporte de obras e remanejamento de mobiliário dentro das dependências do CCJF, quando necessário;
  - 2.2.3.13 – Execução de outras atividades de mesma natureza e grau de complexidade;
  - 2.2.3.14 – Desmontagem de ambientes e exposições, preparação para devolução de obras através de embalagem em materiais apropriados (plástico bolha, papelão, etc).

### 2.3 – Do Livro Diário e do Relatório de Serviços:

2.3.1 - A Contratada deverá anotar todas as intercorrências do dia no Livro Diário e no Relatório de Serviços, apresentando, mensalmente, cópia do mesmo ao gestor do Contrato, discriminado no item 11.1 da Cláusula Décima Primeira, com a maior celeridade possível.

2.3.1.1 - No Livro Diário, mencionado no subitem anterior, por ocasião da execução de quaisquer serviços de montagem e desmontagem, deverão constar os materiais, peças e serviços necessários, bem como o cronograma de execução dos serviços, com a estimativa de tempo de interrupção do funcionamento, se for o caso.



### **3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DO EFETIVO MÍNIMO DE PESSOAL E DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

#### **3.1 - DO EFETIVO MÍNIMO DE PESSOAL:**

ITEM	CATEGORIA PROFISSIONAL	QUANTIDADE
01	Encarregado de montagem e desmontagem de exposição	01
02	Assistente de montagem e desmontagem de exposição 1	01
03	Assistente de montagem e desmontagem de exposição 2	01
04	Assistente de montagem e desmontagem de exposição 3	01
TOTAL		04

#### **3.2 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DOS PROFISSIONAIS:**

##### **3.2.1 – Encarregado da montagem:**

3.2.1.1 – Experiência mínima de 02 (*dois*) anos em montagem de exposições e/ou eventos, na função de encarregado ou similar, com conhecimentos básicos de eletricidade, marcenaria e pintura, bem como em serviços de execução e acabamento de alvenaria, gesso acartonado e painéis de MDF, instalação de forro de gesso em placas, noções de serviços de escritório;

3.2.1.2 – Curso técnico completo em área afim ao objeto em tela, em escola reconhecida pelo MEC;

3.2.1.3 – Nível médio completo.

##### **3.2.2 – Assistente de montagem 1:**

3.2.2.1 – Curso técnico de eletricista, do SENAI ou escola similar reconhecida pelo MEC, e experiência mínima comprovada de 02 (*dois*) anos comprovada em carteira de trabalho e previdência social - CTPS.

##### **3.2.3 – Assistente de montagem 2:**

3.2.3.1 – Curso técnico de marcenaria, do SENAI ou escola similar reconhecida pelo MEC, e experiência mínima de 02 (*dois*) anos comprovada em carteira de trabalho e previdência social - CTPS.

##### **3.2.4 – Assistente de montagem 3:**

3.2.4.1 – Curso técnico de pintor, do SENAI ou escola similar reconhecida pelo MEC, e experiência mínima de 02 (*dois*) anos comprovada em carteira de trabalho e previdência social - CTPS.

### **4 - CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

4.1 – A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.

4.2 – Os níveis de segurança e higiene a serem providenciados pela Contratada aos usuários das instalações do Centro Cultural da Justiça Federal serão, no mínimo, os



determinados pelo Departamento Nacional de Higiene e Segurança do Trabalho, do Ministério do Trabalho.

4.3 – Serviços a serem realizados fora do horário normal de expediente (horários extraordinários) devem ser previamente comunicados ao Contratante, e somente poderão ser realizados após expressa autorização do mesmo, face à necessidade de verificação de prioridades e interesses da Administração.

4.4 – O planejamento dos serviços deve levar em consideração as disponibilidades operacionais, de forma a não interferir com a normalidade de funcionamento do CCJF.

4.5 – Os serviços que, por sua natureza e entendimento da fiscalização, venham a interferir com a normalidade do funcionamento ou com a rotina dos funcionários do CCJF deverão ser realizados em horário alternativo.

4.5.1 – Os serviços de montagem / desmontagem que não possam ser realizados durante o horário normal de funcionamento do Contratante, desde que previamente autorizados, serão reembolsados à Contratada, tomando-se por base os valores apresentados na planilha de composição do custo da mão-de-obra, discriminada no item 6.1 deste Contrato, devendo, neste caso, a Contratada apresentar demonstrativo do cálculo utilizado para fins de determinação do valor devido.

4.6 - A Contratada fornecerá, diariamente, café da manhã, com base na legislação em vigor (Lei Municipal nº 1.418, de 27/06/89), para os empregados que chegarem com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos aos seus turnos de trabalho.

4.7 – A Contratada fornecerá a todos os seus empregados, mensalmente, auxílio alimentação, no primeiro dia útil do mês, em quantidade correspondente ao total de dias úteis do mês em que serão utilizados.

4.8 – A Contratada se obriga a fornecer os vales-transporte no último dia útil do mês anterior àquele em que serão utilizados.

4.8.1 – Os vales-transporte serão fornecidos em quantidade necessária ao deslocamento do beneficiário no seu trajeto residência x trabalho e vice-versa (Lei nº 7.418, de 16.12.85 e Decreto nº 95.247, de 17.11.87).

4.9 – A Contratada se obriga a fornecer a cada um dos seus empregados 02 (duas) peças de cada item que compõem o uniforme, a cada semestre, sem custo adicional para o Contratante, bem como substituir de imediato, aqueles que não tiverem mais apresentação condizente para serem usados em suas dependências, ainda que não tenha sido atingido o período para substituição, sem ônus para o empregado, e desde que as peças danificadas sejam devolvidas à Contratada, no estado em que se encontrarem.

4.9.1 – O uniforme compõe-se de calça comprida, camisa ou bata e sapato, nas cores de identificação da Contratada;

4.9.2 – Os tecidos utilizados deverão possuir excelente qualidade, com custo razoável, buscando desta forma manter o padrão de qualidade, sem ônus adicional para o Contratante.





4.10 – Será vedado à Contratada transferir a terceiro, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o Contrato, nem subcontratar a prestação a que está obrigada.

4.11 – As faltas, atrasos superiores a 01 (*uma*) hora e interrupções de jornada não serão toleradas e, caso ocorram, serão descontados dos documentos fiscais, independentemente das penalidades previstas na Cláusula Oitava deste Contrato.

4.12 – A Contratada deverá indicar o responsável pela solução das questões relacionadas à execução contratual.

4.13 – A Contratada deverá manter em situação empregatícia regular e legal os empregados que prestarão serviços nas dependências do Centro Cultural da Justiça Federal. O Contratante se reserva o direito de exigir a sua comprovação sempre que julgar conveniente, sendo a Contratada obrigada a manter em dia todas as suas obrigações trabalhistas e previdenciárias previstas na legislação vigente.

4.14 – A Contratada deverá obedecer rigorosamente às normas vigentes de segurança e medicina do trabalho, para todos os tipos de atividade, sendo responsável por quaisquer danos físicos ou pessoais decorrentes de acidentes que venham a provocar.

4.15 – O Contratante fará o controle da frequência e dos horários de entrada e saída dos empregados, sem prejuízo do controle de frequência que deverá ser realizado pela Contratada.

4.16 – A Contratada afastará ou substituirá, por recomendação do Contratante, qualquer empregado que comprovadamente causar embaraço à boa execução do serviço.

4.17 – Os empregados da Contratada, quando prestando serviço nas dependências do Centro Cultural da Justiça Federal, estarão sujeitos às suas normas disciplinares, mas, em nenhuma hipótese, terão vínculo empregatício com o Contratante, pois que manterão contrato de trabalho com a Contratada, a qual, como tal, responderá sempre, única e exclusivamente, perante as repartições respectivas, por todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, bem como assumirá integral responsabilidade por quaisquer danos causados ao Contratante ou a terceiros por seus empregados, durante e em consequência da execução dos serviços contratados, mesmo que praticados involuntariamente, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento do mês subsequente, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

4.18 – A Contratada observará e cumprirá a melhor técnica para todos os serviços executados, orientando-se pelas normas aplicáveis ao objeto do Contrato.

4.19 – A Contratada deverá reparar, ou quando isto for impossível, indenizar quaisquer perdas e danos, pessoais ou materiais, em virtude de culpa ou dolo, decorrentes da execução deste Contrato, de sua responsabilidade ou de seus prepostos, ainda que tão somente objetiva, desde que sobrevenham em prejuízo do Contratante ou de terceiros, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento ou da garantia oferecida, a critério do Contratante, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

4.20 – A Contratada deverá manter o Contratante a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou prepostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento do Contrato.



4.21 – Inspeccionar diariamente as galerias de exposição e suas instalações, visando ao seu pleno funcionamento, efetuando quaisquer serviços e substituições de peças e/ou equipamentos.

4.22 – A Contratada deverá manter, às suas expensas, oficina ou espaço similar necessário para a realização dos serviços de marcenaria / serralheria sempre que necessário, sem ônus adicional para o Contratante.

4.23 – A Contratada deverá fornecer a relação de todos os empregados e cópias das fichas dos empregados que venham a executar serviços nas dependências do Centro Cultural da Justiça Federal, atualizando-a quando necessário.

4.24 – A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os serviços ou materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções.

4.25 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução n.º 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

4.25.1 - A comprovação de que trata o item anterior será feita mediante declaração de todos os empregados da Contratada alocados na prestação dos serviços, conforme modelo constante do Anexo VI do Edital do Pregão Eletrônico n.º 058/2013.

4.26 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos artigos 1º e 2º, conforme Resolução n.º 156 de 08/08/2012 do Conselho Nacional de Justiça.

4.26.1 - A comprovação de que trata o item anterior será feita mediante declaração prestada pelo empregado da Contratada, no exercício de cargo/função de chefia, alocado na prestação dos serviços, conforme modelo constante do Anexo V do Edital do Pregão Eletrônico n.º 058/2013;

4.26.2 – O prazo para apresentação das certidões mencionadas no subitem anterior é de, no máximo, 30 (*trinta*) dias, contado do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato.

4.27 – A Contratada deverá apresentar, quando da assinatura do Contrato, cópia da Convenção Coletiva de Trabalho, firmada pelo Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro, utilizada como base para formulação da proposta, constante do item 10.1, alínea “b”, deste Contrato.

## **5 - CLÁUSULA QUINTA: DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:**

5.1 – Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8666/93, modificada pela Lei n.º 8883/94, objeto do presente Contrato será recebido, mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte forma:

5.1.1 – **Provisoriamente** – Imediatamente após efetuada a apresentação do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual.





5.1.2 – **Definitivamente** – No prazo de 10 (*dez*) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo por motivo justificado, e após verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais.

5.2 – Os Termos de Recebimento serão emitidos pelo setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, após comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais.

5.3 – Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os serviços foram realizados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação, por escrito, à Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

5.4 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

## **6 - CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO, DA REPACTUAÇÃO, DO PAGAMENTO E DO RECOLHIMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS:**

### **6.1 - DO PREÇO:**

#### **A) ENCARREGADO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE EXPOSIÇÃO:**

I – MÃO-DE-OBRA / REMUNERAÇÃO		
CATEGORIA PROFISSIONAL (ENCARREGADO)	PERCENTUAL (%)	PREÇO (R\$)
ADICIONAL NOTURNO		
ADICIONAL PERICULOSIDADE		
ADICIONAL DE INSALUBRIDADE		
OUTROS (especificar)		
TOTAL DE MÃO-DE-OBRA / REMUNERAÇÃO		
II - ENCARGOS SOCIAIS		
GRUPO A - Descrição	PERCENTUAL (%)	PREÇO (R\$)
INSS		
FGTS		
SESI OU SESC		
SENAI OU SENAC		
INCRA		
SALÁRIO EDUCAÇÃO		
SEBRAE		
SEGURO ACIDENTE DE TRABALHO		
Total do Grupo A		
GRUPO B - Descrição	PERCENTUAL (%)	PREÇO (R\$)
FÉRIAS		



FALTAS LEGAIS		
13º SALÁRIO		
AUXÍLIO-DOENÇA		
LICENÇA PATERNIDADE/MATERNIDADE		
AVISO PRÉVIO TRABALHADO		
ACIDENTE DE TRABALHO		
Total do Grupo B		
GRUPO C - Descrição	PERCENTUAL (%)	PREÇO (R\$)
AVISO PRÉVIO INDENIZADO		
INDENIZAÇÃO ADICIONAL		
INDENIZAÇÃO (rescisão s/ justa causa)		
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (ART. 1º DA LEI 110/01)		
Total do Grupo C		
GRUPO D - Descrição	PERCENTUAL (%)	PREÇO (R\$)
INCIDÊNCIA CUMULATIVA (GRUPO A x GRUPO B)		
TOTAL DE ENCARGOS (GRUPOS A+B+C+D)		
III - DEMAIS COMPONENTES		
Descrição	PERCENTUAL (%)	PREÇO (R\$)
LUCRO		
DESPESAS ADM. E OPERACIONAIS		
TOTAL DE DEMAIS COMPONENTES		
IV - INSUMOS		
Descrição	PREÇO (R\$)	
TRANSPORTE		
AUXILIO ALIMENTAÇÃO (vales, cesta básica, etc)		
UNIFORMES / EQUIPAMENTOS		
ASSISTÊNCIA MÉDICA		
SEGURO DE VIDA		
TREINAMENTO/CAPACITAÇÃO/RECICLAGEM		
AUXILIO FUNERAL		
OUTROS (especificar)		
TOTAL DE INSUMOS		
V - TRIBUTOS		
Descrição	PERCENTUAL (%)	PREÇO (R\$)
ISS		



PIS		
COFINS		
<b>TOTAL DE TRIBUTOS</b>		
<b>TOTAIS</b>		
<b>ENCARREGADO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE EXPOSIÇÃO</b>		<b>PREÇO (R\$)</b>
I - MÃO-DE-OBRA		
II - ENCARGOS SOCIAIS		
III - DEMAIS COMPONENTES		
IV - INSUMOS		
V - TRIBUTOS		
<b>VALOR UNITÁRIO MENSAL (TABELAS I+II+III+IV+V) - Encarregado</b>		

**B) ASSISTENTE DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE EXPOSIÇÃO 1:**

I – MÃO-DE-OBRA / REMUNERAÇÃO		
CATEGORIA PROFISSIONAL (ASSISTENTE 1)	PERCENTUAL (%)	PREÇO (R\$)
ADICIONAL NOTURNO		
ADICIONAL PERICULOSIDADE		
ADICIONAL DE INSALUBRIDADE		
OUTROS (especificar)		
<b>TOTAL DE MÃO-DE-OBRA / REMUNERAÇÃO</b>		
II - ENCARGOS SOCIAIS		
GRUPO A - Descrição	PERCENTUAL (%)	PREÇO (R\$)
INSS		
FGTS		
SESI OU SESC		
SENAI OU SENAC		
INCRA		
SALÁRIO EDUCAÇÃO		
SEBRAE		
SEGURO ACIDENTE DE TRABALHO		
<b>Total do Grupo A</b>		
GRUPO B - Descrição	PERCENTUAL (%)	PREÇO (R\$)
FÉRIAS		
FALTAS LEGAIS		
13º SALÁRIO		
AUXÍLIO-DOENÇA		



LICENÇA PATERNIDADE/MATERNIDADE		
AVISO PRÉVIO TRABALHADO		
ACIDENTE DE TRABALHO		
Total do Grupo B		
GRUPO C - Descrição	PERCENTUAL (%)	PREÇO (R\$)
AVISO PRÉVIO INDENIZADO		
INDENIZAÇÃO ADICIONAL		
INDENIZAÇÃO (rescisão s/ justa causa)		
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (ART. 1º DA LEI 110/01)		
Total do Grupo C		
GRUPO D - Descrição	PERCENTUAL (%)	PREÇO (R\$)
INCIDÊNCIA CUMULATIVA (GRUPO A x GRUPO B)		
TOTAL DE ENCARGOS (GRUPOS A+B+C+D)		
III - DEMAIS COMPONENTES		
Descrição	PERCENTUAL (%)	PREÇO (R\$)
LUCRO		
DESPESAS ADM. E OPERACIONAIS		
TOTAL DE DEMAIS COMPONENTES		
IV - INSUMOS		
Descrição	PREÇO (R\$)	
TRANSPORTE		
AUXILIO ALIMENTAÇÃO (vales, cesta básica, etc)		
UNIFORMES / EQUIPAMENTOS		
ASSISTÊNCIA MÉDICA		
SEGURO DE VIDA		
TREINAMENTO/CAPACITAÇÃO/RECICLAGEM		
AUXILIO FUNERAL		
OUTROS (especificar)		
TOTAL DE INSUMOS		
V – TRIBUTOS		
Descrição	PERCENTUAL (%)	PREÇO (R\$)
ISS		
PIS		
COFINS		
TOTAL DE TRIBUTOS		



TOTAIS	
ASSISTENTE DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE EXPOSIÇÃO 1	PREÇO (R\$)
I - MÃO-DE-OBRA	
II - ENCARGOS SOCIAIS	
III - DEMAIS COMPONENTES	
IV - INSUMOS	
V - TRIBUTOS	
<b>VALOR UNITÁRIO MENSAL (TABELAS I+II+III+IV+V) – Assistente 1</b>	

**C) ASSISTENTE DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE EXPOSIÇÃO 2:**

I – MÃO-DE-OBRA / REMUNERAÇÃO		
CATEGORIA PROFISSIONAL (ASSISTENTE 2)	PERCENTUAL (%)	PREÇO (R\$)
ADICIONAL NOTURNO		
ADICIONAL PERICULOSIDADE		
ADICIONAL DE INSALUBRIDADE		
OUTROS (especificar)		
<b>TOTAL DE MÃO-DE-OBRA / REMUNERAÇÃO</b>		
II - ENCARGOS SOCIAIS		
GRUPO A - Descrição	PERCENTUAL (%)	PREÇO (R\$)
INSS		
FGTS		
SESI OU SESC		
SENAI OU SENAC		
INCRA		
SALÁRIO EDUCAÇÃO		
SEBRAE		
SEGURO ACIDENTE DE TRABALHO		
<b>Total do Grupo A</b>		
GRUPO B - Descrição	PERCENTUAL (%)	PREÇO (R\$)
FÉRIAS		
FALTAS LEGAIS		
13º SALÁRIO		
AUXÍLIO-DOENÇA		
LICENÇA PATERNIDADE/MATERNIDADE		
AVISO PRÉVIO TRABALHADO		
ACIDENTE DE TRABALHO		



<b>Total do Grupo B</b>		
<b>GRUPO C - Descrição</b>	<b>PERCENTUAL (%)</b>	<b>PREÇO (R\$)</b>
AVISO PRÉVIO INDENIZADO		
INDENIZAÇÃO ADICIONAL		
INDENIZAÇÃO (rescisão s/ justa causa)		
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (ART. 1º DA LEI 110/01)		
<b>Total do Grupo C</b>		
<b>GRUPO D - Descrição</b>	<b>PERCENTUAL (%)</b>	<b>PREÇO (R\$)</b>
INCIDÊNCIA CUMULATIVA (GRUPO A x GRUPO B)		
<b>TOTAL DE ENCARGOS (GRUPOS A+B+C+D)</b>		
<b>III - DEMAIS COMPONENTES</b>		
<b>Descrição</b>	<b>PERCENTUAL (%)</b>	<b>PREÇO (R\$)</b>
LUCRO		
DESPESAS ADM. E OPERACIONAIS		
<b>TOTAL DE DEMAIS COMPONENTES</b>		
<b>IV - INSUMOS</b>		
<b>Descrição</b>	<b>PREÇO (R\$)</b>	
TRANSPORTE		
AUXILIO ALIMENTAÇÃO (vales, cesta básica, etc)		
UNIFORMES / EQUIPAMENTOS		
ASSISTÊNCIA MÉDICA		
SEGURO DE VIDA		
TREINAMENTO/CAPACITAÇÃO/RECICLAGEM		
AUXILIO FUNERAL		
OUTROS (especificar)		
<b>TOTAL DE INSUMOS</b>		
<b>V - TRIBUTOS</b>		
<b>Descrição</b>	<b>PERCENTUAL (%)</b>	<b>PREÇO (R\$)</b>
ISS		
PIS		
COFINS		
<b>TOTAL DE TRIBUTOS</b>		
<b>TOTAIS</b>		
<b>ASSISTENTE DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE EXPOSIÇÃO 2</b>	<b>PREÇO (R\$)</b>	
I - MÃO-DE-OBRA		





II - ENCARGOS SOCIAIS	
III - DEMAIS COMPONENTES	
IV - INSUMOS	
V - TRIBUTOS	
<b>VALOR UNITÁRIO MENSAL (TABELAS I+II+III+IV+V) – Assistente 2</b>	

**D) ASSISTENTE DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE EXPOSIÇÃO 3:**

I – MÃO-DE-OBRA / REMUNERAÇÃO		
CATEGORIA PROFISSIONAL (ASSISTENTE 3)	PERCENTUAL (%)	PREÇO (R\$)
ADICIONAL NOTURNO		
ADICIONAL PERICULOSIDADE		
ADICIONAL DE INSALUBRIDADE		
OUTROS (especificar)		
<b>TOTAL DE MÃO-DE-OBRA / REMUNERAÇÃO</b>		
II - ENCARGOS SOCIAIS		
GRUPO A - Descrição	PERCENTUAL (%)	PREÇO (R\$)
INSS		
FGTS		
SESI OU SESC		
SENAI OU SENAC		
INCRA		
SALÁRIO EDUCAÇÃO		
SEBRAE		
SEGURO ACIDENTE DE TRABALHO		
<b>Total do Grupo A</b>		
GRUPO B - Descrição	PERCENTUAL (%)	PREÇO (R\$)
FÉRIAS		
FALTAS LEGAIS		
13º SALÁRIO		
AUXÍLIO-DOENÇA		
LICENÇA PATERNIDADE/MATERNIDADE		
AVISO PRÉVIO TRABALHADO		
ACIDENTE DE TRABALHO		
<b>Total do Grupo B</b>		
GRUPO C - Descrição	PERCENTUAL (%)	PREÇO (R\$)
AVISO PRÉVIO INDENIZADO		



INDENIZAÇÃO ADICIONAL		
INDENIZAÇÃO (rescisão s/ justa causa)		
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (ART. 1º DA LEI 110/01)		
Total do Grupo C		
GRUPO D - Descrição	PERCENTUAL (%)	PREÇO (R\$)
INCIDÊNCIA CUMULATIVA (GRUPO A x GRUPO B)		
TOTAL DE ENCARGOS (GRUPOS A+B+C+D)		
III - DEMAIS COMPONENTES		
Descrição	PERCENTUAL (%)	PREÇO (R\$)
LUCRO		
DESPESAS ADM. E OPERACIONAIS		
TOTAL DE DEMAIS COMPONENTES		
IV – INSUMOS		
Descrição	PREÇO (R\$)	
TRANSPORTE		
AUXILIO ALIMENTAÇÃO (vales, cesta básica, etc)		
UNIFORMES / EQUIPAMENTOS		
ASSISTÊNCIA MÉDICA		
SEGURO DE VIDA		
TREINAMENTO/CAPACITAÇÃO/RECICLAGEM		
AUXILIO FUNERAL		
OUTROS (especificar)		
TOTAL DE INSUMOS		
V – TRIBUTOS		
Descrição	PERCENTUAL (%)	PREÇO (R\$)
ISS		
PIS		
COFINS		
TOTAL DE TRIBUTOS		
TOTAIS		
ASSISTENTE DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE EXPOSIÇÃO 3	PREÇO (R\$)	
I - MÃO-DE-OBRA		
II - ENCARGOS SOCIAIS		
III - DEMAIS COMPONENTES		
IV – INSUMOS		



V – TRIBUTOS	
<b>VALOR UNITÁRIO MENSAL (TABELAS I+II+III+IV+V) – Assistente 3</b>	

6.1.1 – PLANILHA TOTALIZADORA			
CATEGORIA PROFISSIONAL	EFETIVO	PREÇO UNITÁRIO MENSAL (R\$)	PREÇO TOTAL MENSAL (R\$)
ENCARREGADO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE EXPOSIÇÃO	01		
ASSISTENTE DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE EXPOSIÇÃO 1	01		
ASSISTENTE DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE EXPOSIÇÃO 2	01		
ASSISTENTE DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE EXPOSIÇÃO 3	01		
<b>VALOR TOTAL MENSAL ESTIMADO DO CONTRATO</b>			

Obs.: Código SIASG 1309-9

6.1.2 – HORA EXTRA		
CATEGORIA PROFISSIONAL	VALOR DA HORA EXTRA (R\$)	
	50 %	100%
ENCARREGADO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE EXPOSIÇÃO		
ASSISTENTE DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE EXPOSIÇÃO 1		
ASSISTENTE DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE EXPOSIÇÃO 2		
ASSISTENTE DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE EXPOSIÇÃO 3		

6.1.3 – O valor TOTAL MENSAL deste Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_);

6.1.4 - O valor GLOBAL deste Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_);

6.1.5 - Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos como materiais, mão-de-obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes à perfeita execução do objeto contratado;

6.1.6 – Os valores referentes às horas extras não integram a Planilha Totalizadora do preço da mão-de-obra, constante do subitem 6.1.1;

6.1.7 - A remuneração mínima dos empregados da Contratada deverá obedecer ao estipulado pelo Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro.

## 6.2 – DA REPACTUAÇÃO:

6.2.1 – É admitida repactuação dos preços deste Contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano.

6.2.1.1 - O interregno mínimo de 01 (um) ano para a primeira repactuação será contado, em relação aos custos com a execução de serviços decorrentes do mercado, tais como materiais e equipamentos, a partir da data limite para a



apresentação da proposta, ou da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão-de-obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos;

- a) Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação poderá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação, respeitado o interregno mínimo fixado no subitem anterior;
- b) Se não houver sindicatos ou conselhos de classe instituídos, cabe à Contratada comprovar a variação do salário de seus empregados, sem prejuízo do necessário exame, pelo Contratante, da pertinência das informações prestadas.

6.2.2 - Nas repactuações subseqüentes à primeira, o interregno de 01 (*um*) ano será contado a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

6.2.3 - As repactuações a que a Contratada fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do Contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do Contrato.

6.2.4 - As repactuações serão precedidas de solicitação da Contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de custos e formação de preços, de novo acordo ou convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria que fundamenta a repactuação, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado em cada um dos itens da planilha a serem alterados.

6.2.5 - É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de condições ou benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

6.2.6 - Quando da solicitação, a repactuação somente será concedida, considerando-se:

- 6.2.6.1 - os preços praticados no mercado ou em outros contratos do Contratante;
- 6.2.6.2 - as particularidades do Contrato em vigência;
- 6.2.6.3 - o novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;
- 6.2.6.4 - a nova planilha com a variação dos custos apresentada;
- 6.2.6.5 - indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;
- 6.2.6.6 - a disponibilidade orçamentária do Contratante.

6.2.7 - O Contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela Contratada.

6.2.8 - Os novos valores contratuais decorrentes da repactuação terão suas vigências iniciadas:



- 6.2.8.1 - a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- 6.2.8.2 - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras;
- 6.2.8.3 - em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

6.2.9 - Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

### **6.3 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

6.3.1 - O pagamento será efetuado, mensalmente, através de ordem bancária e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal apresentada pela Contratada, devidamente atestado pelo gestor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, no prazo de 10 (*dez*) dias úteis, contados a partir da data da emissão do referido atesto, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

6.3.1.1 – No caso da prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX, do art. 14, da Lei Municipal n.º 691/84, alterada pela Lei n.º 3.691/03, a contratada não localizada no município do Rio de Janeiro, estará sujeita, no ato de pagamento, à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;

6.3.1.2 – Para fins de identificação da situação prevista no subitem 6.3.1.1, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

6.3.2 - Os documentos fiscais deverão ser entregues no Centro Cultural da Justiça Federal, localizado na Avenida Rio Branco, 241 – Centro – Rio de Janeiro/RJ, em 02 (*duas*) vias, de segunda a sexta-feira, no horário das 12:00 horas às 17:00 horas, na primeira semana do mês subsequente ao da prestação dos serviços e deverão vir acompanhadas das seguintes peças:

6.3.2.1 - Folha de pagamento de pessoal, do mês de realização dos serviços, referente aos empregados da Contratada que estejam prestando serviços no Centro Cultural da Justiça Federal;

6.3.2.2 - Comprovante de recolhimento de encargos sociais (INSS, FGTS, Impostos Sindicais, PIS) relativos ao mês imediatamente anterior, e de outros descontos consignados na folha de pagamento do mês, referentes aos empregados colocados à disposição do Contratante;



6.3.2.3 - A folha de pagamento deverá corresponder exatamente à frequência dos empregados, controlada pelo Contratante, através de folha de ponto, não sendo pago à Contratada o valor relativo aos dias não trabalhados pelos empregados, bem como os encargos que venham a incidir sobre esse valor;

6.3.2.4 - Cópia do recibo referente à entrega dos vales-refeição e dos vales-transporte, com as respectivas assinaturas dos empregados.

6.3.3 – Serão descontadas, proporcionalmente, do valor total mensal contratado, as faltas indicadas pela fiscalização, quando do atesto do documento fiscal, sem prejuízo das demais sanções administrativas disciplinadas neste Contrato.

6.3.4 - Para fins do disposto no subitem 6.3.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

6.3.5 – A Contratada, na hipótese de ser optante pelo Simples Nacional, não poderá beneficiar-se da condição de optante e estará sujeita à exclusão obrigatória do citado regime tributário, a contar do mês seguinte à data de assinatura deste Contrato, em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, o art. 30, inciso II e o art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123; conforme Decisão TCU 2.798/10.

6.3.5.1 - A fim de proceder à exclusão mencionada no subitem anterior a Contratada deverá providenciar a expedição de ofício à Receita Federal do Brasil, comunicando a assinatura deste Contrato, cujo objeto é a prestação de serviço mediante cessão de mão-de-obra, situação que gera vedação à opção pelo Simples Nacional, no prazo previsto no art. 30, § 1º, inciso II, da Lei Complementar 123 de 2006;

6.3.5.2 - A Contratada deverá ainda apresentar ao Contratante, no prazo de 20 (*vinte*) dias, contados do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura deste Contrato, cópia do ofício, mencionado no subitem anterior, na qual deverá constar comprovante de entrega e recebimento junto à Receita Federal do Brasil.

6.3.6 – O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 6.3.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.3.7 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente contratação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas, conforme Acórdão nº 964/2012 do Plenário do Tribunal de Contas da União.

6.3.7.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação mencionadas no subitem anterior será verificada quando da realização de cada pagamento.

6.3.8 - No primeiro e no último mês de vigência do Contrato, os valores serão rateados à base de 1/30 (*um trinta avos*) por dia, do valor mensal.

6.3.9 - O Contratante poderá sustar o pagamento de qualquer documento fiscal, no todo ou em parte, nos casos de:

6.3.9.1 - existência de qualquer débito para com o mesmo;





6.3.9.2 – se os serviços prestados não estiverem de acordo com a especificação apresentada e aceita.

#### 6.4 - DO RECOLHIMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS:

6.4.1 - Serão retidos do pagamento mensal da Contratada e depositados na Caixa Econômica Federal – CEF o somatório dos valores das rubricas relativas a:

6.4.1.1 - Férias;

6.4.1.2 - 1/3 constitucional;

6.4.1.3 - 13º Salário;

6.4.1.4 - Multa do FGTS por dispensa sem justa causa;

6.4.1.5 - Incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário;

6.4.1.6 - Percentual de lucro incidente sobre os encargos retidos.

6.4.2 - Os valores das rubricas serão obtidos pela aplicação dos percentuais abaixo discriminados:

Percentuais para retenção conforme Resolução nº 169/2013 e IN 001/2013-CJF	
Rubrica	%
Férias + 1/3 constitucional	12,12
13º Salário	9,09
Multa do FGTS por dispensa sem justa causa	4,36
Incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário	X
Subtotal	25,57 + X
Percentual de lucro incidente sobre os encargos retidos	
Percentual de lucro incidente sobre os encargos retidos	% de lucro x Subtotal %

6.4.3 - Os valores das rubricas indicadas no subitem 6.4.1 serão glosados do valor mensal do Contrato e depositados exclusivamente na CEF, em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e deixarão de compor o valor do pagamento mensal à Contratada.

6.4.4 - Os depósitos serão efetivados em conta-corrente vinculada, bloqueada para movimentação, aberta em nome da Contratada, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente mediante autorização do Contratante.

6.4.5 - A Contratada deverá providenciar, no prazo de 20 (*vinete*) dias, contados da notificação do Contratante, a assinatura dos documentos de abertura da conta vinculada e de Termo específico junto à CEF.

6.4.6 - Ocorrendo o descumprimento do prazo estipulado no subitem anterior, o Contratante oficiará à Contratada, comunicando-lhe a data limite para cumprir a obrigação. Permanecendo o descumprimento, fica a Contratada sujeita à aplicação da multa moratória de que trata o item 8.4 do presente Contrato.

6.4.7 - Os saldos da conta-corrente vinculada, bloqueada para movimentação, serão remunerados pelo índice da poupança, conforme Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Contratante e a CEF.



6.4.8 - A abertura e manutenção da conta-corrente vinculada serão isentas de tarifas bancárias, conforme consta do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Contratante e a CEF.

6.4.9 - Eventuais saldos da conta-corrente vinculada, bloqueada para movimentação, somente serão liberados à Contratada se após dois anos do término do Contrato o empregado que estava alocado na execução do Contrato não acionar a Justiça do Trabalho.

6.4.10 - Nos casos de determinação judicial para bloqueio e transferência de valor da conta-corrente vinculada para conta-corrente judicial, o Contratante notificará a Contratada sobre a ordem judicial e informará que o valor transferido judicialmente será glosado por ocasião do primeiro pagamento e dos subsequentes a serem efetuados à Contratada e depositados na conta-corrente vinculada para composição do saldo.

6.4.11 - A Contratada poderá:

6.4.11.1 – solicitar, durante a execução do Contrato, autorização do Contratante para resgatar da conta-corrente vinculada os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias contempladas nas mesmas rubricas indicadas no subitem 6.4.1, desde que comprove, documentalmente, tratar-se de empregados alocados nas dependências do Contratante e que apresente:

a) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do empregado: comprovante de férias (aviso e recibo), folha de pagamento de 13º salário, com o respectivo comprovante de depósito em conta-corrente dos empregados;

b) no caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado: termo de rescisão de contrato de trabalho (TRCT) devidamente homologado pelo sindicato e com a comprovação de depósito em conta-corrente dos empregados, observando o disposto no artigo 477 da CLT, bem como a Portaria do MTE n. 1.057, de 6/7/2012, e comprovante dos depósitos do INSS e do FGTS, este último acompanhado do comprovante de pagamento da respectiva multa;

c) no caso de rescisão contratual entre o Contratante e a Contratada, sem dispensa dos empregados: declaração contendo informação de que os mesmos continuarão prestando serviços à Contratada e comprovante de regularidade de depósitos do INSS e FGTS.

6.4.11.2 – movimentar os recursos da conta-corrente vinculada diretamente para a conta-corrente dos empregados, exclusivamente para as verbas trabalhistas contempladas nas rubricas do artigo 4º da Resolução CNJ n.º 169/2013, desde que comprove, documentalmente, tratar-se de empregados alocados nas dependências do Contratante, e que apresente:

a) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do empregado: aviso de férias e espelho da folha de pagamento do 13º salário;

b) no caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado: Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT) e guia de recolhimento com o valor do FGTS e sua respectiva multa;



c) no caso de rescisão contratual entre o Contratante e a Contratada, sem dispensa dos empregados: declaração contendo informação de que os mesmos continuarão prestando serviços à Contratada, comprovante de regularidade de depósitos do INSS e FGTS.

6.4.11.3 - Nas hipóteses no subitem 6.4.11.2, a Contratada deverá apresentar o comprovante de quitação das verbas trabalhistas (recibo de férias, 1/3 e 13º e TRCT homologados, quando for o caso), no prazo máximo de 10 (*dez*) dias, contado da data do pagamento ou da homologação pelo sindicato, observado o disposto na Portaria do MTE n. 1.057/2012.

a) Após a comprovação indicada no subitem anterior, o Contratante poderá autorizar o resgate dos valores correspondentes ao percentual de lucro e incidência previdenciária e FGTS, sobre os valores movimentados.

6.4.12 - O resgate dos recursos da conta-corrente vinculada, bloqueada para movimentação, previsto no subitem anterior dar-se-á somente após o pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias e mediante apresentação à unidade competente do Contratante, dos documentos comprobatórios de que a Contratada efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no subitem 6.4.1, podendo, ainda, requerer o resgate do lucro incidente sobre as rubricas pagas.

6.4.13 - O Contratante expedirá autorização de que trata o subitem 6.4.11.1 após confirmado o pagamento das verbas trabalhistas retidas, e encaminhará a referida autorização à CEF no prazo máximo de 10 (*dez*) dias úteis, a contar da data de apresentação dos documentos comprobatórios pela Contratada.

6.4.14 - Todos os termos da Resolução nº 169, de 31.01.2013, do Conselho Nacional de Justiça e da IN 001, de 11/04/2013 do Conselho da Justiça Federal deverão ser observados na execução contratual.

## **7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

7.1 - A despesa decorrente da contratação dos serviços, objeto deste Contrato, correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme o adiante especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	PTR	Nota de Empenho
02.061.0569.4257.6013	3.3.90.37.01	060.076	

7.2 - Na parcela referente ao exercício de 2014, a despesa será incluída na proposta orçamentária para o citado exercício, condicionada à aprovação da mesma.

## **8 - CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES:**

8.1 - O não cumprimento pela Contratada de qualquer uma das obrigações dentro dos prazos estabelecidos por este Contrato, sujeitá-la-á às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

8.2 - As penalidades a que fica sujeita a Contratada, em caso de inadimplência, são as seguintes:

- a) Advertência;
- b) Multa;



c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (*dois*) anos.

d) Declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública

8.3 - As multas serão aplicadas nos casos e formas abaixo discriminadas:

8.3.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato acarretará, conforme o critério adotado em virtude do prejuízo causado à Administração, o pagamento das seguintes multas, alternativamente:

a) Multa compensatória de até de 30% (*trinta por cento*) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida;

b) Multa de 50% (*cinquenta por cento*) sobre o valor global do Contrato, no caso de inexecução total do mesmo;

c) Multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor que seria pago à Contratada inadimplente.

8.4 - Os atrasos injustificados no cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada sujeitá-la-ão ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (*três décimos por cento*), calculada à base de juros compostos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

8.4.1 - A multa moratória estipulada acima fica limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida.

8.5 - Caso não sejam pagas no prazo estabelecido, as multas dispostas nos itens 8.3 e 8.4 serão descontadas dos pagamentos ou da garantia do respectivo Contrato, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

8.6 - Se as multas dispostas nos itens 8.3 e 8.4 forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença faltante.

8.7 - O período de atraso será contado em dias corridos.

8.8 - A aplicação das multas, ora previstas, não impede que a autoridade competente rescinda e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.

8.9 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas foram regulamentados pela IN-24-12/2004-TRF-2ªRG de 16/12/2004, atualizada em 08/06/2005.

8.10 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da lei.

8.11 - Sempre que não houver prejuízo para o Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração.

8.12 – O Licitante que deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 05 (*cinco*) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

8.12.1 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



8.13 - Na hipótese de a empresa adjudicatária recusar-se a assinar o termo de Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de validade da proposta, quando convocada para tal, dentro do prazo de 05 (*cinco*) dias, sujeitar-se-á ao pagamento de multa de até 10% (*dez por cento*) sobre o valor da adjudicação, independentemente da multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário.

#### **9 - CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO:**

9.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar rescindido o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista neste termo e na Lei n.º 8.666/93.

9.2 - O presente Contrato poderá ainda ser rescindido por quaisquer dos motivos previstos no art. 78 da Lei n.º 8.666/93.

9.3 - A rescisão se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos incisos IX e X do referido art. 78 da Lei n.º 8.666/93.

#### **10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:**

10.1 - Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariem as estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico n.º 058/2013 e seus Anexos I, II, III, V e VI;
- b) Proposta datada de \_\_/\_\_/2013, apresentada pela Contratada, contendo preço, prazo, discriminação e especificação dos serviços a serem executados, juntada às fls. \_\_/\_\_ do Processo.

10.2 - Na hipótese de divergência, entre as alíneas “a” e “b”, prevalecerão as condições estipuladas no documento referido na alínea “a”.

#### **11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA FISCALIZAÇÃO:**

11.1 – O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído por seu suplente, também designado.

11.2 – Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

11.2.1 – Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

11.2.2 – Ordenar à Contratada que corrija, refaça ou reconstrua as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;



11.2.3 – Acompanhar e aprovar os serviços executados.

11.3 – A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

**12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA:**

12.1 - O prazo de vigência do presente Contrato é de 12 (*doze*) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

12.2 – A prorrogação do Contrato será precedida de pesquisa para que se verifique se as condições oferecidas pela Contratada continuam vantajosas para o Contratante.

12.3 – A pelo menos 60 (*sessenta*) dias do término da vigência deste instrumento, o Contratante expedirá comunicado à Contratada para que esta se manifeste, dentro de 03 (*três*) dias contados do recebimento da consulta, seu interesse na prorrogação do atual Contrato.

12.4 – Se positiva a resposta e vantajosa a prorrogação, o Contratante providenciará, no devido tempo, o respectivo termo aditivo.

12.5 - A resposta da Contratada terá caráter irrevogável, portanto ela não poderá, após se manifestar num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão.

12.6 – Eventual desistência da Contratada após a assinatura do termo aditivo de prorrogação ou mesmo após sua expressa manifestação nesse sentido, merecerá do Contratante a devida aplicação de penalidade, nos termos da Cláusula Oitava do presente Contrato.

**13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO TERMO DE QUITAÇÃO:**

13.1- Após o término deste Contrato, a Contratada fornecerá Termo de Quitação à Divisão de Contratos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, em papel timbrado da Empresa, devidamente assinado por seu representante legal, carimbado e datado.

13.2 - Na hipótese de o Termo de Quitação não ser fornecido dentro do prazo fixado no item anterior, será considerada como plena, rasa e total a quitação em favor do Tribunal Regional Federal da 2ª Região dos débitos referentes à presente contratação.

**14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

14.1 - O Contrato poderá ser aditado para adequação a posteriores regulamentações das Leis nºs 9.069 de 29/06/95 e 10.192 de 14/02/2001.

14.2 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Contrato, até 25% (*vinete e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, sem que isso implique em alterações dos preços cotados, de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

14.3 - As supressões citadas no item anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme disposto no art. 65, § 2º, inciso II da Lei nº 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 9.648/98.

14.4 – Quando houver alteração social em sua estrutura, a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos (16º andar – sala 1603A), no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.





**15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO:**

Em conformidade com o disposto no Parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o presente instrumento de Contrato será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, por conta do Contratante.

**16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO:**

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato, em 04 (*quatro*) vias de igual teor.

Rio de Janeiro,                      de                      de 2.013.

---

ROQUE BONFANTE DE ALMEIDA  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO  
Diretor Geral

---

RESPONSÁVEL  
EMPRESA CONTRATADA  
(cargo)